

MÉTODOS E PROCESSOS DE INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL

Guilherme Rodrigues

Erro de gráfica: faltando as págs. 146, 147, 150, 151, 154 e 155

através de critérios científicos. KELSEN desmistifica a tentativa de se encontrar uma fórmula única e infalível de interpretação, dizendo o seguinte: "Não há absolutamente qualquer método — capaz de ser classificado como de Direito positivo — segundo o qual, das várias significações verbais de uma norma, apenas uma possa ser destacada como 'correta' — desde que, naturalmente, se tratem de várias significações possíveis: possíveis no confronto de todas as outras normas da lei ou da ordem jurídica. (. . .) Todos os métodos de interpretação até hoje elaborados conduzem sempre a um resultado apenas possível, nunca a um resultado que seja o único correto" (ob. cit., p. 468).

3. A interpretação constitucional não foge aos princípios e métodos da hermenêutica geral. No entanto, possui algumas características próprias e que jamais podem ser esquecidas pelo hermeneuta, em face da natureza especial da Constituição e sua posição ímpar na pirâmide do ordenamento jurídico.

A utilidade básica da interpretação constitucional traduz o ideal de atualização do texto da Lei Maior em face de mudanças inevitáveis da realidade a que ele se prende e à qual deve servir. PAULO BONAVIDES, citando SANTI ROMANO, afirma que o emprego da hermenêutica jurídica faz possível a alteração do **sentido** da norma constitucional, sem necessidade de substituí-la expressamente ou alterá-la pelas vias formais da emenda constitucional (ob. cit., ps. 293 e 294). A tarefa da substituição ou alteração pela via constituinte originária ou derivada sempre é muito complexa e demanda extrema mobilização social e política.

Exemplo significativo desse processo de adaptação pela via hermenêutica é o sistema constitucional norte-americano, cuja Lei Fundamental possui quase 200 anos de existência e, ao longo desse tempo todo, vem sendo adequada à realidade cotidiana através interpretação da Suprema Corte daquele país.

Assim, mediante a interpretação de suas normas, as constituições rígidas mantêm sua vida como instrumentos de progresso, segurança e justiça social, amoldando-se naturalmente ao contexto nacional sobre o qual se erigem. Ao contrário, a constituição que não sofra esses ajustes acaba fossilizando-se no tempo e, fatalmente, termina desaparecendo vítima de brusco e violento choque revolucionário.

II. COORDENADAS PECULIARES.

4. O Direito Constitucional é essencialmente um direito de **conteúdo político**. Conquanto, sob o ponto de vista formal, a Constituição escrita seja uma Carta jurídica, o que vem trazer certa segurança aos princípios ali expressos, o seu conteúdo, assim como o seu ato de criação, são eminentemente políticos.

O intérprete deve ter em conta certas peculiaridades inerentes às **normas constitucionais**. Assim, independentemente do método ou processo que utilize, certas premissas estarão constantemente atuantes

e precisam ser consideradas. Tais premissas traduzem-se em coordenadas de interpretação constitucional, que podem ser resumidas em: a) inicialidade fundamental; b) conteúdo essencialmente político; c) linguagem sintética e coloquial; d) rigidez formal; e) predominância de normas de estrutura ou de organização — destinadas ao legislador.

5. A **inicialidade fundamental** impõe que os preceitos constitucionais sejam tratados como de **superior categoria hierárquica e fundamento de validade** para toda a ordem jurídica. Não sofrem, portanto, subordinação a qualquer outro ramo do ordenamento e tampouco a qualquer outra situação jurídica pretérita. Sob este prisma, as normas constitucionais são a própria razão de ser das demais situações jurídicas.

6. O **conteúdo essencialmente político** da Constituição implica em que suas normas, quer destinando-se à organização e controle do Poder, quer estabelecendo e conferindo identidade aos direitos e garantias individuais, devem ser interpretadas segundo essas finalidades. Isto faz com que elementos assistemáticos incidam no processo de interpretação. Havendo conteúdo político ínsito à Lei Fundamental, é inevitável que os aspectos ideológicos devam ser enfrentados pelo intérprete, se este não quiser empreender atividade formal e estéril.

Compondo o mosaico político das constituições, inscrevem-se os valores culturais, éticos, sociais e até morais, que sejam adotados por um povo em determinada época de sua história. Tais fatores, de formulação concreta na vida social, adquirem significado real e influem de maneira decidida as relações e o processo político das sociedades, devendo ser atendidos pelo intérprete.

7. Outro fator essencial, que influi como premissa, é a **linguagem sintética e coloquial** do texto da Constituição. Sendo uma carta destinada a todos os cidadãos, não pode vir vazada em termos de compreensão estrita a um grupo de iniciados numa qualquer semântica especial; mas deve apresentar — e na realidade apresenta — uma estrutura de sintaxe e vernáculo comum e acessível aos padrões gerais da linguagem.

Por outro lado, na medida em que se destina a assentar os princípios reitores de todo ordenamento jurídico, a Constituição não vai a pormenores e, simplesmente, limita-se a apontar genérica, mas seguramente, os princípios maiores. Esse aspecto é enfatizado por CELSO RIBEIRO BASTOS e CARLOS AYRES DE BRITO, que afirmam: "precipuamente voltada para a indicação de fins a alcançar e deveres a cumprir (por parte dos órgãos e agentes públicos), a Lei Suprema costuma omitir-se quanto à explicitação dos correspectivos meios. Daí a formulação da célebre doutrina dos poderes implícitos, de matriz norte-americana, que tem em Story um de seus qualificados arautos." (**Interpretação e Aplicabilidade das Normas Constitucionais**, ed. Saraiva, São Paulo, 1982, p. 23). Além do exemplo citado, ainda na construção da jurisprudência da Suprema Corte norte-americana, de formulação mais recente que os poderes implícitos, temos os **penumbral rights**, dentre os quais avulta o **direito à privacidade**. Exatamente considerando que a linguagem constitucional é genérica e não técnica, a Suprema Corte,

legis, a **mens legislatoris**, enfim, a vontade da lei assim que ela nasce); c) **lógico** (considera a vontade atual da norma, no momento em que ela se vai aplicar, enfim, a **ratio legis** em contrapartida à **occasio legis**, e a **mens legis** em oposição à **mens legislatoris**).

O método lógico pode, ainda, ser decomposto em diversas variantes, estando entre as mais significativas: a) **sistemática** (**coerência** da norma com o sistema jurídico em que ela se inscreve); b) **histórico-teológico**, evolutiva ou progressiva (a mais amplamente utilizada — indaga a finalidade atual em face do momento presente da aplicação, levando em conta a evolução da norma e aspectos sociais, políticos, éticos, morais, ideológicos, etc.); c) **voluntarista** (atribuída a Kelsen — parte do pressuposto de que existe mais de uma alternativa à interpretação, todas limitada por uma **moldura geral**, que seria a norma. Ao intérprete, segundo sua vontade, cabe escolher qual dos resultados possíveis deve ser aplicado); d) do **direito-livre** (entrega ao intérprete toda discricionariedade, sem limites e absoluta, na fixação do conteúdo normativo).

Como **não exegéticos** mencionem-se: a) **Integrativo** ou científico-espiritual. Surgiu na Alemanha, durante este século, e sua formulação deve-se a SMEND. Buscou uma reação aos padrões exegéticos manipulados por juristas bismarckianos de modo **formal-positivista**. Parte do pressuposto de que a Constituição há de ser interpretada como um todo e de que o Direito Constitucional não pode ser decomposto num agregado de normas e institutos isolados entre si e alheios à realidade. Assim, a partir da realidade da vida, da concretude da existência, compreendida pelo que tem de **espiritual**, através de um processo **unitário**, renovador da própria realidade, integra-se a norma no conjunto da Constituição (PAULO BONAVIDES, ob. cit., ps. 317 e ss.) Note-se como tal método possui inúmeros pontos de contato com o lógico-sistemático e o progressivo. b) **Concretização** — Este método gravita em redor de três princípios básicos: a norma que se vai concretizar, a compreensão prévia do intérprete e um problema concreto a ser resolvido. Onde houver obscuridade, o intérprete virá determinar o conteúdo material da Constituição, examinando-o diante de um problema concreto e a partir de uma compreensão prévia e não arbitrária. Assim, para esse método, a Constituição não é um sistema hierárquico-axiológico (segundo os integrativistas) e nem lógico-axiomático (para os positivistas), mas deve ser ater ao princípio da **estabilidade social**, que será garantida pela satisfação das necessidades institucionais, políticas, sociais, ideológicas, etc., através do processo de interpretação da Lei Fundamental. A cada momento a solução necessária e adequada será concretizada, segundo este método (PAULO BONAVIDES, ob. cit., p. 321 e ss.).

Estes dois últimos métodos surgiram na Alemanha, durante este século, para corrigir os excessos do espírito positivista, que não hesitava em sacrificar as mais profundas realidades sociais e políticas no altar do **exercício dogmático** de uma **lógica fria** de **dissecação formal** da Constituição, como se o substrato nacional nada significasse.

14. Seja, afinal, qual for o método ou processo hermenêutico utilizado, deve-se ter em conta que atitudes excessivamente liberais de interpretação, em matéria constitucional, podem levar ao autoritarismo do intérprete, que passaria, em tais casos, a agir como se o próprio poder constituinte originário lhe pertencesse, isto é, sem conhecer limite algum. Tal colocação afronta o **princípio de segurança** que deve inspirar a tarefa de aplicação das normas jurídicas. Nesse caso aberrante, estaríamos diante de nítida **usurpação** de funções por parte de tal espécie de hermenêutica discricionária.

O reverso da moeda também é válido. Uma dogmática e um formalismo excessivos inibiram a evolução e necessária adaptação do texto constitucional ao progresso e câmbio social. Em decorrência, a Lei Fundamental seria logo transformada em documento antiquado e opressor, constituindo-se em **relicário**, cuja teimosia em não se atualizar ou abrir espaço para a demanda da evolução, terminaria **desestabilizando** toda a ordem jurídica, que fatalmente sofreria um golpe revolucionário.

15. Caso o resultado da atividade de interpretação iguale-se ao significado literal da norma, diz-se que a interpretação é **declarativa**, quanto à sua extensão. Quando for ampliado, fala-se em interpretação **extensiva**; quando diminuído, será **restritiva**. Se o significado literal for negado pela interpretação, ela será conceituada como **ab-rogante**.

Em matéria constitucional admitem-se resultados declarativos, extensivos e restritivos. A ab-rogação de normas constitucional pela via hermenêutica, em princípio, não é possível. Para tanto, o intérprete teria de estar investido por poderes constituintes originários, pois só a tal Poder é dado revogar seus atos. Assim, para os sistemas de constituições rígidas, pelo menos, não se admitiria esse modo de ab-rogação. Somente quando a norma apresentasse visível e flagrante contradição com o restante da própria Constituição é que poderia se admitir sua ab-rogação. Neste caso, o intérprete não estaria exercendo poder constituinte originário, mas **declarando** uma impossibilidade colocada pelo próprio constituinte, ou seja, a insubsistência de preceito contraditório ao resto do Diploma. Mas a admissão de tal hipótese leva a supor que o constituinte originário possa ser vítima de contradição.

16. **Retidão e certeza do direito** são aspectos que devem ser atendidos por uma correta hermenêutica. Assim, o intérprete deve considerar a busca do sentido mais justo e oportuno da norma (retidão) e zelar para que o resultado de seu ato mantenha uniformidade e equidade com as aplicações anteriores do direito (certeza). Uniformidade que não significa identidade, o que transformaria o direito em algo estático e imutável, mas que tem o sentido de coerência e segurança, que se antepõe às mutações bruscas do arbítrio inaceitável.

17. Há duas vertentes fundamentais em matéria hermenêutica. A primeira consiste na interpretação que **cria direito**, isto é, aquela processada por órgão encarregado da aplicação das normas. É a outra, aquela que **não cria direito**, ou seja, as análises e conclusões da ciência do direito, da doutrina, e a interpretação que cada indivíduo dá às normas

tampouco, entendida quanto aos direitos e garantias individuais que a Carta assegura e admite, explícita e implicitamente.

21. Outro problema é saber se existe um **costume constitucional** e se ele pode ou não ser aplicado em se tratando de interpretação constitucional. GEORGES BURDEAU responde afirmativamente, mas não admite que o costume possa derogar o texto ou sobrepor-se ao mesmo. O autor acrescenta que o reconhecimento do costume é importante e será muito útil "*pour ajouter à un texte insuffisant ou pour l'interpréter, mais non pour le corriger*". (*Droit Constitutionnel et Institutions Politiques*, ed. L. G. D. J., Paris, 1980, p. 66).

22. A solução das **lacunas** no texto da Lei Maior demanda o concurso da hermenêutica constitucional. Com efeito, neste campo influem decididamente os processos de interpretação, já que os claros eventuais da Carta Magna não podem ser resolvidos por elementos **jurídicos** infra-constitucionais, dada a inicialidade da Lei Maior sobre o restante do ordenamento jurídico. Não procede, tampouco, que o constituinte originário, ao não inscrever certa matéria no texto constitucional, tenha-na deixado para os níveis do legislador ordinário ou constituinte derivado. Isto pode acontecer, mas não se dá necessariamente. O exemplo do controle da constitucionalidade das leis pela Suprema Corte norte-americana é caso típico. Esse poder não estava expresso na Constituição e tampouco em qualquer de suas emendas (situação que persiste até hoje). No entanto, ele vem sendo exercido desde 1803, o que reforça a idéia da **construction**.